

INFORMAÇÃO-PROVA DE EQUIVALÊNCIA À FREQUÊNCIA**Disciplina:** Ciência Política**2023****Prova 307/2023**

12º Ano de Escolaridade

O presente documento divulga informação relativa à prova de equivalência à frequência do Ensino Secundário da disciplina de Ciência Política, a realizar em **2023**, nomeadamente:

- Objeto de avaliação
- Características e estrutura da prova
- Critérios gerais de classificação
- Duração
- Material autorizado

1 - OBJETO DE AVALIAÇÃO

A prova a que esta informação se reporta apoia-se nos conhecimentos e nas competências enunciados no Programa da disciplina Ciência Política, em vigor desde a sua homologação ocorrida em agosto de 2006, e permite avaliar as aprendizagens essenciais, do domínio das aptidões/capacidades e do domínio dos conhecimentos, associados aos conteúdos e aos conceitos/noções básicas, no âmbito do programa da disciplina. As aptidões/capacidades foram selecionadas e formulados no sentido de serem passíveis de avaliação em prova escrita de duração limitada.

COMPETÊNCIAS

- Analisar a relação do poder político com o Estado.
- Identificar diversas configurações históricas do Estado.
- Caracterizar o Estado Europeu moderno.
- Explicar a noção de soberania.
- Conhecer o contexto e o conteúdo das primeiras Declarações de Direitos da modernidade.
- Compreender a influência exercida sobre essas mesmas Declarações pelas ideias políticas modernas.
- Identificar as ideias subjacentes à Constituição portuguesa de 1822.
- Conhecer a Declaração Universal dos Direitos do Homem.
- Explicar a origem e o sentido da distinção entre ‘Direita’ e ‘Esquerda’.
- Identificar as principais correntes ideológicas coexistentes no quadro constitucional: liberalismo; conservadorismo e socialismo.
- Identificar pensadores, temas e valores fundamentais de cada uma destas vertentes ideológicas.
- Identificar os principais regimes políticos do século XX.
- Caracterizar os principais regimes políticos do século XX.
- Distinguir regimes autoritários de regimes totalitários.
- Caracterizar sumariamente os regimes democráticos.
- Analisar os princípios que regem o Estado de Direito Democrático.
- Explicar resumidamente as três vagas de democratização.
- Situar a democratização portuguesa entre as três vagas de democratização.
- Distinguir entre si regimes autoritários, regimes totalitários e regimes democráticos.

- Caracterizar a Constituição enquanto documento que estabelece regras do sistema de governo.
- Definir Sistema de Governo.
- Caracterizar as três principais formas de governo praticadas nas democracias contemporâneas.
- Identificar as diferenças entre os principais Sistemas de Governo que existem na atualidade, em especial no que respeita à escolha dos órgãos de soberania e às relações entre poder executivo e poder legislativo.
- Analisar a CRP quanto à definição do Sistema de Governo.
- Identificar as principais formas de participação política em democracia.
- Distinguir participação convencional de participação não-convencional.
- Caracterizar a participação eleitoral.
- Analisar outras formas de participação política.
- Identificar tipologias de partidos políticos.
- Explicar a forma como o sistema eleitoral transforma votos em mandatos.
- Conhecer alguns dos princípios subjacentes aos dois grandes tipos de sistemas eleitorais que existem, nomeadamente os maioritários e os proporcionais.
- Analisar a transição para a democracia em Portugal, enquanto exemplo da primeira democratização da terceira vaga de democracia.
- Caracterizar sucintamente as instituições políticas nacionais e locais portuguesas do pós-25 de Abril de 1974.
- Explicar as principais características dos órgãos de soberania.
- Analisar as relações entre Presidente, Governo e Parlamento em Portugal
- Caracterizar o momento fundacional dos principais partidos políticos em Portugal.
- Identificar a forma como evoluiu o voto nesses partidos ao longo dos anos de democracia.
- Analisar a evolução do processo de integração de Portugal na União Europeia.
- Identificar as principais instituições e/ou organizações internacionais que Portugal integra.

TEMAS/CONTEÚDOS

2.1. O Poder Político e o Estado

2.1.1. O conceito de Estado

2.1.2. Diversidade das configurações do Estado na história

2.1.3. O Estado Europeu moderno

2.2. O Constitucionalismo Liberal e os Direitos do Homem e do Cidadão

2.2.1. Os ideais das Revoluções Americana e Francesa e as declarações dos direitos do homem e do cidadão

2.2.2. Os novos ideais na Constituição portuguesa de 1822

2.2.3. A evolução da cidadania num sentido democrático e social

2.3. As Ideologias Políticas

2.3.1. Direita e esquerda: origem e sentido da dicotomia

2.3.2. As principais correntes ideológicas: a) Liberalismo; b) Conservadorismo; c) Socialismo

2.4. A Reflexão Contemporânea sobre as Funções e a Extensão do Estado

2.4.1. Direitos individuais e Estado mínimo

2.4.2. Prioridade da justiça e igualdade democrática

3.1. Regimes políticos democráticos e não democráticos

3.1.1. Totalitarismos e autoritarismos

3.1.2. O Estado de direito democrático

3.2. Sistemas de governo na atualidade

3.2.1 A Constituição e o sistema de governo

3.2.2. Tipos de sistemas de governo

3.2.2.1. O Parlamentarismo

3.2.2.2. O Presidencialismo

- 3.2.2.3. O Semipresidencialismo
- 3.2.3. As políticas públicas
- 3.3. A relação dos cidadãos com a política
 - 3.3.1. A participação política
 - 3.3.1.1. Formas de participação política convencional
 - 3.3.1.2. Formas de participação política não-convencional
 - 3.3.2. Os partidos políticos e os movimentos sociais
 - 3.3.3. Os sistemas eleitorais
- 3.4. O sistema político em Portugal
 - 3.4.1. O caso português de transição para a democracia
 - 3.4.2. As instituições da democracia portuguesa
 - 3.4.2.1. O processo constituinte e as revisões constitucionais
 - 3.4.2.2. O relacionamento entre o poder executivo e o legislativo
 - 3.4.2.3. Poder nacional e poder local. As regiões autónomas
 - 3.4.3. A evolução do sistema partidário português em democracia
 - 3.4.4. A democracia portuguesa no contexto internacional
 - 3.4.4.1. A democracia portuguesa e a União Europeia
 - 3.4.4.2. As relações internacionais da democracia portuguesa

2 - CARACTERÍSTICAS E ESTRUTURA DA PROVA

A prova é constituída apenas por uma parte escrita e encontra-se estruturada em quatro (4) grupos (I, II, III e IV), com a seguinte tipologia e cotação:

GRUPO I.

- Itens de resposta curta e de resposta orientada com base em texto introdutório.
- 60 Pontos.

Grupo II.

- Itens de resposta orientada e de resposta extensa com base em texto introdutório.
- 50 Pontos.

Grupo III.

- Itens de resposta curta e orientada com base na Constituição da República Portuguesa.
- 60 Pontos.

Grupo IV.

- Quatro conjuntos de itens de escolha opcional.
- 30 Pontos.

– As questões serão introduzidas por um único documento (texto, tabela de dados, gráfico, mapa ou imagem de qualquer tipo). A escolha desses documentos deverá ser diversificada. Algumas dessas questões implicarão necessariamente a observação e interpretação do documento introdutório e/ou poderão mobilizar conteúdos do programa integrados em mais do que uma unidade letiva.

3 - CRITÉRIOS GERAIS DE CLASSIFICAÇÃO

Na classificação das questões abertas deverão ter-se em conta os seguintes objetivos definidos no programa da disciplina:

- Utilizar os instrumentos de análise específicos da Ciência Política.
- Utilizar o vocabulário específico da disciplina.
- Ler e interpretar diferentes tipos de documentos relativos aos temas da disciplina.
- Confrontar diferentes opiniões, refletindo criticamente sobre elas.
- Assumir opiniões próprias, de forma esclarecida e fundamentada.
- Desenvolver as capacidades de argumentação e de reflexão.
- Construir textos fundamentados e coerentes.

No grupo de questões em opção:

– questões abertas de composição extensa de resposta orientada, em caso de resposta a mais do que uma questão, só será classificada a resposta à primeira questão escolhida.

4 - DURAÇÃO DA PROVA

A prova tem a duração de 90 minutos, sem tolerância.

5 - MATERIAL AUTORIZADO

- Se a prova da disciplina é constituída por dois tipos de prova deverá ser indicado o material necessário para cada tipo de prova
- O aluno pode utilizar durante a realização da prova o seguinte material:
- Caneta ou esferográfica de tinta indelével azul ou preta.
- Constituição da República Portuguesa atualizada e não comentada.
- Não é permitido o uso de corretor.